OS DESAFIOS DA VERTICALIZAÇÃO DO ENSINO PARA O TRABALHO DOCENTE NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BRASILEIROS

Adaildes Bispo Dourado | IF Goiano **|** ada.bispo@ifgoiano.edu.br
José dos Santos Souza | UFRRJ **|** jsantos@ufrrj.br

Eixo Temático 8: *Novos modos de regulação, tendências em construção e trabalho docente na educação profissional científica e tecnológica.*

Introdução

Este trabalho é excerto das reflexões desencadeadas a partir de um projeto de pesquisa desenvolvido à título de tese de doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), no âmbito do Grupo de Pesquisas Sobre Trabalho, Política e Sociedade (GTPS). Essa investigação tem como objeto de análise as implicações da verticalização do ensino na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, tomando a realidade do Instituto Federal Goiano como referência empírica.

A verticalização do ensino, pode ser compreendida como a oferta articulada da Educação Básica e de Educação Superior no âmbito de uma mesma instituição, com vistas à otimização de recursos materiais e humanos, implica a constituição de um trabalho docente igualmente verticalizado. Essa configuração redefine as demandas pedagógicas e organizacionais impostas aos professores, exigindo atuação em diferentes níveis e modalidades de ensino.

O vocábulo “otimização” adquire um significado particularmente expressivo quando mobilizado para qualificar as exigências próprias do modo de produção capitalista, historicamente marcado pela busca contínua de maior eficiência, produtividade e racionalização dos recursos. Quando aplicado à política de verticalização do ensino nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), esse conceito está longe de ser neutro: ele se articula às múltiplas características e finalidades dessas instituições, especialmente à oferta integrada da Educação Básica, Profissional e Superior – abrangendo cursos de graduação e pós-graduação – em uma mesma estrutura organizacional. Nessas condições, a noção de otimização associa-se

diretamente à racionalização dos processos e ao uso intensivo dos recursos materiais e humanos.

Nessa perspectiva, buscamos compreender de que maneira a política de verticalização do ensino nos IFs, conforme delineada nos dispositivos legais, se concretiza no âmbito institucional, bem como seus impactos sobre o trabalho docente, à luz dos resultados de pesquisas desenvolvidas por estudiosos da área.

Metodologia

Para a construção desta reflexão, optamos por uma abordagem de caráter teórico-analítico, fundamentada no diálogo com produções acadêmicas que tomam como objeto a verticalização do ensino nos Institutos Federais em distintos momentos históricos. Nesse sentido, foram selecionados pesquisadores que se debruçaram sobre a temática em períodos diferentes e cujas análises foram sistematizadas em formato de livro, permitindo apreender tanto a diversidade de enfoques quanto as permanências e reconfigurações do fenômeno ao longo do tempo.

Dentre os autores mobilizados, destaca-se Oliveira (2021) cujos estudos foram desenvolvidos no contexto em que os IFs completavam uma década de criação. Sua investigação ancora-se em dados empíricos coletados junto a docentes do Instituto Federal de Brasília, o que possibilita uma leitura situada das implicações da verticalização no cotidiano do trabalho docente. Por sua vez, Nunes (2025) adota uma abordagem eminentemente teórica, estruturando sua análise a partir da categoria de "performatividade", conforme elaborada por Ball (2005). Tal perspectiva permite problematizar os modos pelos quais as políticas educacionais contemporâneas incidem sobre a organização institucional e a atuação dos sujeitos.

A articulação entre essas diferentes abordagens – uma de natureza empírica e outra de cunho teórico – possibilita uma análise mais abrangente do objeto investigado, ao combinar a apreensão das experiências concretas dos docentes com a problematização conceitual das dinâmicas que atravessam a política de verticalização. Dessa forma, a metodologia adotada busca não apenas descrever o fenômeno, mas interpretá-lo à luz de referenciais críticos consolidados no campo da educação.

Discussão dos dados

À época de seus estudos, Oliveira (2021) identificou a escassez de produções acadêmicas dedicadas à temática da verticalização do ensino, observando que, quando presente, estava quase sempre associada às discussões sobre o trabalho docente. Ao realizarmos uma revisão de literatura com base em levantamento bibliográfico em repositórios científicos mais recentemente, constatamos cenário semelhante. Tal recorrência pode indicar que a intensificação e a complexificação do trabalho dos professores permanecem como dimensão privilegiada de problematização, ainda que careçam de maior aprofundamento investigativo.

A pesquisadora concluiu em seus estudos que, se por um lado, a verticalização possibilita ao estudante a construção de um itinerário formativo contínuo – que se estende da educação básica ao ensino superior no interior da mesma instituição –, por outro, produz desdobramentos significativos para o trabalho docente. Trata-se, conforme aponta Oliveira (2021), de uma configuração educacional que amplia as exigências impostas aos professores, os quais passam a atuar em diferentes níveis e modalidades de ensino, demandando permanente reorganização de suas práticas e condições de trabalho.

Observa-se, contudo, conforme assinala Oliveira (2021), que, diante dessa configuração, os professores tendem a reproduzir práticas e referências próprias das universidades, ainda que estejam inseridos em uma instituição híbrida, que articula, simultaneamente, a Educação Básica e o Ensino Superior. Para a pesquisadora, "os professores são chamados a desempenhar funções e responder a exigências que muitas vezes estão além da sua formação" (Oliveira, 2021, p. 114), um aspecto que afeta a autonomia do professor e promove a intensificação do trabalho docente.

Nunes (2025) buscou compreender o trabalho docente no ensino verticalizado dos IFs a partir de abordagens teóricas que problematizam as transformações contemporâneas no campo educacional, especialmente sob a categoria de "performatividade", tal como elaborada por Ball (2005). Nessa perspectiva, "performatividade" é compreendida como mecanismo político central de reforma do setor público, voltado para a reconfiguração das subjetividades dos indivíduos em consonância com um projeto global de educação orientado pela incorporação de lógicas de mercado. Tal projeto introduz no campo educacional pressupostos econômico-

produtivos, competitivos e individualistas, redefinindo critérios de valor e reconhecimento que passam a orientar as práticas institucionais e o trabalho docente.

Conforme destaca Nunes (2025), a partir desse referencial teórico, a performatividade se articula a princípios como competição, mensuração de desempenhos, centralidade nos resultados e individualização das responsabilidades, em detrimento de um debate político e social mais amplo acerca da função social da escola pública. Nessas condições, as subjetividades docentes passam a ser produzidas e reguladas por indicadores de desempenho e metas institucionais, subordinando o sentido do trabalho educativo a parâmetros quantitativos e competitivos, sob a égide da racionalidade gerencial que esvazia a dimensão crítica e coletiva da educação.

Um dos aspectos levantados por Nunes (2025), refere-se à materialização não homogênea da política de verticalização do ensino no interior dos IFs. Essa heterogeneidade decorre das diferentes condições concretas de cada unidade, como infraestrutura, composição do corpo docente, cultura organizacional e demandas locais. Soma-se a isso a diversidade de interpretações da política por parte de professores e gestores, o que contribui para a atribuição de distintos sentidos à docência e para variações nas formas de organização do trabalho docente. Nesse contexto, a verticalização pode ser compreendida como oportunidade, desafio ou mesmo sobrecarga, a depender das condições e mediações presentes em cada realidade institucional.

Fazendo referência a Mainardes (2006), a autora afirma que pensar a educação sob a lógica do capital implica submeter a atividade docente a mecanismos de controle, avaliação e produtividade. Nessas condições, o trabalho do professor deixa de ser orientado prioritariamente por princípios pedagógicos e passa a ser regulado por metas, indicadores e exigências externas.

Conclusões

As análises realizadas permitem concluir que a política de verticalização do ensino nos IFs, embora amplie as possibilidades de oferta formativa, produz tensões significativas no âmbito do trabalho docente. Conforme assinala Oliveira (2021), nesse contexto institucional híbrido – que articula Educação Básica e Educação Superior –, os professores tendem a reproduzir práticas e referências próprias das universidades, ainda que suas condições de atuação demandem outras formas de organização pedagógica. Tal

descompasso se expressa, sobretudo, no fato de que esses profissionais são convocados a desempenhar funções e responder a exigências que frequentemente extrapolam sua formação, o que repercute diretamente na intensificação do trabalho e na fragilização de sua autonomia.

Essa dinâmica pode ser compreendida à luz das contribuições de Mainardes (2006), ao indicar que a incorporação da lógica do capital no campo educacional implica submeter a atividade docente a mecanismos crescentes de controle, avaliação e produtividade. Nessa perspectiva, o trabalho do professor deixa de se orientar prioritariamente por princípios pedagógicos e passa a ser regulado por metas, indicadores e exigências externas. Tal reconfiguração encontra respaldo no conceito de "performatividade", desenvolvido por Ball, que descreve um cenário em que docentes e instituições são continuamente avaliados com base em resultados mensuráveis, intensificando a pressão por desempenho e reforçando uma lógica competitiva.

Como decorrência, observa-se o enfraquecimento da autonomia docente, do trabalho coletivo e do compromisso social da educação, elementos fundamentais para a construção de uma formação crítica e emancipatória. Nessa mesma direção, Nunes (2025) aponta que a incorporação dessa racionalidade no âmbito da Rede Federal tende a comprometer a perspectiva de formação integral dos estudantes, ao reduzir as possibilidades de enfrentamento das desigualdades sociais. Assim, conclui-se que a verticalização do ensino, quando atravessada por imperativos de produtividade e performatividade, pode distanciar-se de seu potencial formativo mais amplo, reforçando a necessidade de problematização crítica e de aprofundamento das investigações sobre seus impactos no trabalho docente e na função social da educação.

Referências

BALL, Stephen J. **Profissionalismo, gerencialismo e performatividade**. Tradução de Celina Rabello Duarte, Maria Lúcia Mendes Gomes e Vera Luiza Macedo Visockis. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2005.

BRASIL. **Lei nº 11.892/08 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília (DF): 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 28/11/2024.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

NUNES, Patrícia Gouvêa. **Abordagens teóricas para compreensão do processo de verticalização do trabalho docente nos Institutos Federais de Educação**. 1. ed. Rio Verde, GO: IF Goiano, 2025. 64 p.

OLIVEIRA, Blenda Cavalcante de. **Verticalização e trabalho docente nos Institutos Federais**. Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2021. 129 p.